



Data: 05/06/18

Prof.: Rafael

Assunto: FILOSOFIA POLITICA

Estamos inseridos num cenário bem delicado quando se trata de Política. Por um lado percebemos que precisamos urgentemente de uma reforma política, para satisfazer, de fato, os interesses coletivos, mas por outro lado ainda falta muita consciência quando se trata desse tema. De um modo bem provocativo, poderíamos afirmar que *“temos muitos cientistas políticos em nosso cenário nacional sem nunca ter lido uma obra de política”*.

Existem diversas aplicações da filosofia. A Filosofia Política é o ramo que foca a análise do conteúdo político, colocando um ponto de atenção às boas práticas profissionais.

Neste contexto, esta disciplina reflete sobre os seus princípios essenciais como um exercício de poder, a ética que deve acompanhar a prática política, a liberdade na tomada de decisões, as diferentes formas de tipos de governo e os tipos de sociedade.

Origem da Filosofia Política

Platão e Aristóteles foram pensadores muito importantes para estabelecer as bases da filosofia política. Os filósofos gregos observaram a filosofia como um conhecimento de sabedoria fundamental para praticar a política como um instrumento baseado na virtude que favorece o bem social. A filosofia política também reflete sobre um tema tão importante como a corrupção política que pode ser resultado do exercício de poder mal-entendido.

A filosofia política abrange o estudo de fenômenos políticos a partir de uma visão analítica, racional e objetiva. Também, reflete sobre os benefícios e as desvantagens dos diferentes regimes políticos, do critério de justiça e da importância dos direitos sociais como um pilar fundamental do trabalho político.

A filosofia política também faz parte do exercício de governo da polis, ou seja, do homem em comunidade. A política parte também da diferença entre o público e o privado. Neste contexto, a política promove a justiça, analisa os direitos e os deveres dos cidadãos.

Existem alguns conceitos fundamentais da filosofia política: o estado de direito. Esta filosofia política também reflete sobre o princípio das diferentes instituições sociais e de suas normas regidas.

Filósofos políticos

Existem grandes filósofos políticos que marcaram a história. Confúcio foi um dos primeiros pensadores a colocar em prática o trabalho ético através da política. Tomás de Aquino também refletiu sobre como os seres humanos poderiam realizar um bom governo através da prática da virtude. Nicolau Maquiavel foi um especialista no estudo do poder e do direito. Thomas Hobbes foi o filósofo que refletiu sobre o contrato social como o eixo do poder dos governadores.

A filosofia política é um valor fundamental para que o poder seja exercido em benefício e felicidade da sociedade devido ao exemplo dos seus governantes. A democracia é a forma de governo mais valorizada, dando poder ao povo através do direito ao voto.

A HISTÓRIA DA POLÍTICA NA FILOSOFIA

Tendo em mente a diferença entre o método científico e o filosófico, vamos nos debruçar sobre a filosofia política, que não trata de uma sobreposição de ideias, da melhor e mais atual sobre as ultrapassadas e errôneas, mas sim sobre uma análise de cada período em seu contexto, com apego à ética do momento e às relações de poder ali estabelecidas. A abrangência da filosofia política vai além do que sugere o nome, pois não se limita à política propriamente dita, embora seu maior filão seja a ética. Essa área também reflete sobre temas como Estado, governo, justiça e ainda aborda as relações sociais, relações de poder, convivência de agrupamentos humanos, liberdade, direito à propriedade... E por vezes, ainda permeia por análises antropológicas.

Os conceitos políticos foram descritos e nomeados apenas na Idade Moderna, mas já eram temas presentes na filosofia desde a Grécia Antiga, pois lá, os gregos costumavam reunir-se em ágoras para debater sobre o tema e os filósofos (e também os sofistas) participavam ativamente da política local, mesmo vários deles não sendo atenienses ou nativos das grandes polis gregas. A Ética, no período clássico da filosofia, era associada à política e a política, por sua vez, ao homem, descrito nessa época como um “animal político”. Assim sendo, era impossível dissociar a ideia de homem, política e ética, pois estes três tópicos eram considerados em conjunto. A separação entre estes temas ocorreu somente no período moderno.

Platão e Aristóteles dedicaram obras à filosofia política, que serviram de base para as relações políticas da época, para formas de governo e sistema de ideias. Contudo, durante a Idade Média, com o fortalecimento e domínio da Igreja Católica sobre o Ocidente, o mundo e a sociedade foram substituídos por Deus, e a Igreja aproveitou os sistemas de ideais políticos clássicos e os modificou conforme seu interesse. Ou seja, nesta época específica, a filosofia política foi analisada e refletida a partir de perspectivas católicas.

Santo Agostinho e São Tomás de Aquino são dois dos principais nomes da Filosofia Medieval (Occidental), uma filosofia que se funde com a Teologia. E claro, estes dois pensadores também tem obras dedicadas à filosofia política. Para Agostinho, por exemplo, o Estado (Católico) era o instrumento da aplicação da moral.

Mas com a queda do feudalismo e o enfraquecimento da Igreja Católica, que impedia o nascimento de novas ideias, eclodiu o Renascimento, que abriu um mar de possibilidades para a filosofia política, introduzindo novos sistemas, novas ideias e novas tecnologias, que se aliavam a uma população em crescimento, às grandes navegações e outros acontecimentos histórico-sociais. Todo sistema de relações humanas precisava ser revisto, era o nascimento da filosofia política moderna.

“O Príncipe” de Maquiavel é um dos livros mais importante da história. Essa obra consiste num manual de política de aproximadamente 100 páginas (dependendo do idioma e da encadernação) técnico e simples, e que foi um dos primeiros a abordar o que grande parte da população da época sentia e sabia, mas não podia expressar, pois caso o fizessem, possivelmente seriam executados pela Igreja Católica. Durante este referido período, a Igreja, mesmo sem a soberania da Idade média, mas ainda detentora de um poder significativo, não se agradou com a obra de Maquiavel, visto que vários reis ainda eram reis católicos e sobre eles pairava certa divindade e apenas o Papa podia coroá-los, sustentando ainda a ligação entre política e religião advinda deste período histórico. Maquiavel foi ameaçado e perseguido pelo Vaticano e por reis católicos. Foi considerado o pai da política Moderna. Seu referido livro divide-se em 26 capítulos nos quais constam variadas reflexões sobre o Estado, sobre a Monarquia, a República e, especialmente, sobre o papel e função do governante (o “Príncipe”). Nesta obra, ocorre uma curiosa separação entre a moralidade e legislador, que é apresentado como um líder cujas decisões e atitudes devem estar isentas de aspectos morais. Além

disso, considerava que o medo e a punição fossem necessários para a liderança política.

Descartes e Bacon com seus sistemas de ideias que não se mergulhavam tanto na filosofia política também influenciaram pensadores da área, o mais notável dentre tais, foi Thomas Hobbes, autor de “O Leviatã”, outro importante manual de política, este mais extenso e mais agressivo, dividido em quatro partes: O homem, O Estado (bem comum), O Estado cristão e O reino das trevas (uso das sagradas escrituras). Para Hobbes, resumidamente, a natureza humana é ruim e isso gera uma guerra de todos contra todos, uma vez que o homem possui inclinações naturais para atos de violência. Por consequência disso, o governo era um mal necessário para controlar a humanidade, que submetia a ele seus direitos individuais, visando um bem comum.

Já durante o Iluminismo, houve uma troca da fé pela razão, e esse fato proporcionou um ambiente perfeito para que a filosofia política se desenvolvesse, sendo que desta vez, o homem encontrava-se no centro da análise e havia certo desprezo por influências de divinas (contraponto com obras e períodos anteriores). Nesta fase, portanto, o ser humano se torna imputável e a corrupção não é um problema espiritual, assim sendo era necessário investigar a natureza humana e as relações sociais.

Nos séculos XVII e XVIII são muitos autores dedicaram-se à filosofia política, alguns, em especial, merecem destaque: John Locke, pai do Liberalismo Político e da teoria da tabula rasa; Voltaire, defensor da liberdade religiosa e influenciador da Revolução Francesa; e Rousseau, autor do livro “Contrato Social”, cujo desdobramento é semelhante às ideias apresentadas por Hobbes, mas com inversão do conceito sobre a natureza humana, sendo que aqui, ela é inatamente boa, embora o advento da civilização corrompa sua bondade natural.

Kant é um marco da filosofia em diversas áreas, inclusive Filosofia Política. Em suas obras sobre o assunto, muito regularmente aparece o termo “Ética Kantiana”, referente a uma ideia na qual a lei moral é um imperativo categórico e suas ações devem ser baseadas no dever, uma ética isenta de empiria, ou seja, livre de quaisquer experiências, propondo se fazer o bem e o certo, apenas pelo “que é bom e certo”, sem que haja nenhuma segunda intenção, recompensa ou interesse.

A filosofia política do século XIX em diante possui alguns termos referentes à política isolados e analisados individualmente, e os autores posteriores a tal período, aprofundam e desenvolvem tais conceitos e estabelecem relações entre a política e outras áreas como a tecnologia, a economia, a educação e até mesmo as ciências. Os sistemas políticos usados nos séculos XX e XXI têm suas bases em ideias desses autores.

Os pensadores contemporâneos expandem os conceitos em direções múltiplas e suas obras exigem pré-conhecimentos diversos e contextualizações. Entre os principais nomes temos: Stuart Mill, defensor do Utilitarismo, escreveu sobre a liberdade e os governos representativos; Karl Marx, ícone atemporal, popularizou a luta de classes, existente desde a Idade Média, mas a adaptou à realidade contemporânea e a culpou pelos problemas sociais. Para ele, a luta de classes explica a história e perpetua a classe dominante, causando problemas sociais; há também Hannah Arendt, defensora do Pluralismo, possui trabalhos sobre filosofia existencial e reivindicava uma política livre; Foucault, autor de teorias que relacionam conhecimento ao poder, liberdade e controle social, crítico da modernidade e autor de “Vigiar e Punir”.

No século XXI a Filosofia Política encontra ligações com a Pós-modernidade e as novas tecnologias, assim, assuntos como, por exemplo, discussões sobre patentes e direitos autorais são revistos em meio ao mundo virtual e surgem debates sobre temas como as relações de poder nas redes sociais ou a ligação de governos, impostos sobre serviços intangíveis, a manutenção e a evolução do capitalismo, os direitos coletivos se sobrepondo aos direitos individuais, a ética da inteligência artificial, etc.

Com os filósofos em extinção, quem geralmente assume esses debates e reflete sobre essas questões mencionadas no parágrafo acima, são profissionais de outras áreas, como adeptos do método científico e não filosófico. Isso gera um problema salientado no começo desse texto, pois além de profissionais, curiosos, amadores e entusiastas se juntam ao debate, polarizando a discussão de maneira fanática e por vezes até “religiosa”, criando um maniqueísmo ao redor da questão, o que diminui muito as possibilidades da filosofia política contemporânea.

ANÁLISE DE QUESTÕES:

01. O Absolutismo como forma de governo esteve presente na península Ibérica, na França e na Inglaterra, tendo impactado e influenciado as maiores economias de seu tempo. Seus pensadores mais conhecidos e suas teorias foram:

- Nicolau Maquiavel e sua teoria de que o indivíduo estava subordinado ao Estado; Thomas Hobbes, criador da teoria do Contrato; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam que o Rei era um representante divino.
- Nicolau Maquiavel e a teoria do Contrato; Thomas Hobbes e a teoria da supremacia do Rei como representante divino; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam a subordinação do indivíduo ao Estado.
- Maquiavel, Jacques Bossuet e Jean Bodin, cujas teorias só se diferenciaram na aplicabilidade teológica, bem como Thomas Hobbes, que preconizou o indivíduo como senhor de seus direitos.
- Maquiavel e Thomas Hobbes, que conceberam o Contrato Social, Jacques Bossuet, que estabeleceu o conceito de individualismo primordial, e Jean Bodin, que defendeu a primazia da esfera governamental.
- Nicolau Maquiavel que propõe a origem do contrato social como forma de garantir a existência da Democracia, criticando o pensamento de J.J Rousseau que defendia o princípio do direito divino como modelo político mais coerente.

02. Revoltas e movimentos sociais, como os ocorridos recentemente no Brasil, estão frequentemente envolvidos no aperfeiçoamento da vida social e podem ter papel adaptativo. Na história da filosofia política moderna, alguns filósofos conceberam seres humanos como átomos individuais movidos por apetites ou desejos guiados pelo prazer e dor, sendo o apetite fundamental do homem a autopreservação. Numa situação de escassez de bens, com pessoas guiadas exclusivamente por desejos antecipadores de prazer e voltados à autopreservação, haverá, inevitavelmente, conflito social. Que alternativa(s) racional(is) soluciona(m) o conflito?

- Uso da força e violência.
- Uso da ideologia e controle da informação.
- Acordo e deliberação coletiva.
- Apelo à tradição e costume.

Está(ão) correta(s) a(s) alternativa(s)

- I e II apenas.
- III apenas.
- IV apenas.
- I, II e III apenas.
- III e IV apenas.

03. A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar. HOBBS, T. Leviatã. São Paulo Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles:

- Entravam em conflito.
- Apelavam aos governantes.
- Recorriam aos clérigos.
- Exerciam a solidariedade.
- Consultavam os anciãos.